

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

J. A. DO NASCIMENTO BRITO

Presidente

WILSON FIGUEIREDO

Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARIO SERGIO CONTI

Diretor

FLÁVIO PINHEIRO

Diretor-Adjunto

MAURÍCIO DIAS

Editor

Economia Brasil

Perigo Real

As luzes de alerta do painel de controle estão mais acexas do que nunca. A economia brasileira ameaça sair de rota. Estimativas do início do ano que apontavam para desempenho excepcional do Produto Interno Bruto em 2001 foram rapidamente desautorizadas pelos fatos. Da noite para o dia, fatores adversos – alguns externos à vontade nacional, como a recessão americana e a instabilidade da Argentina – cagaram o horizonte, até então róseo. O quadro ficou sombrio de vez com a crise de energia, que se fará sentir na forma de reajustes tarifários e desaquecimento da atividade econômica. Assim, não há otimismo que resista. O último a se dobrar à dura realidade foi o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao admitir publicamente que existe o risco de repique inflacionário: “Com certeza, estamos preocupados. A inflação, que deveria ser de 4,5%, vai para 5,5%. Infelizmente aconteceram esses fatos”.

Em relação aos fatos, não há o que discutir. O presidente do Banco Central está certo, pois os efeitos são irreversíveis e não adianta olhar para trás. Só resta conviver com a desvalorização do real e a necessidade de reajustar combustíveis, energia elétrica e outros preços essenciais da economia. A meta de inflação acertada com o FMI, em torno de 4% (com margem de dois pontos percentuais), dificilmente será cumprida. Além da taxa de câmbio e das tarifas públicas, o Banco Central, na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), aponta também “o recrudescimento da alta dos preços dos produtos agropecuários, sobretudo os de origem animal”. Logo, não existe este ou aquele fator isolado, mas sim a convergência de vários elementos que põem em

xeque a estabilidade. O perigo reside aí.

Na opinião de Armínio Fraga, o fundamental agora é evitar que os fatos negativos de 2001 contaminem 2002 e o futuro. “Temos condições de fazer isso, mas é preciso trabalhar duro”, diz. Uma das medidas acionadas pelo BC foi exatamente a elevação da taxa básica de juros básica em meio ponto percentual para 16,25%. Com o remédio tradicional, pretende-se impedir a especulação e a disparada do dólar. É sabido, porém, que juros altos desestimulam a produção. O que funciona em dobro em momentos de crise de energia. O país pode sofrer os efeitos da receita perversa que faz coincidir retração da oferta e explosão da demanda.

Sob pressão dos juros e do racionamento, as empresas tendem a reduzir o ritmo de produção. “Está claro que os impactos sobre a oferta agregada serão severos, dada a magnitude e a duração inicialmente esperadas para redução do consumo de energia elétrica”, adverte a ata do Copom. Enquanto isso, os consumidores, temendo o pior, procuram antecipar o consumo, aumentando o descompasso entre a demanda e a oferta. O resultado da equação é funesto e conhecido de todos: alta generalizada dos preços.

Existe um meio de escapar da agonia anunciada do real. Da mesma forma que deu exemplo de cidadania ao economizar energia, a sociedade deve apertar o cinto e matar no nascedouro os riscos de inflação de demanda. O verbo economizar deve ser usado no seu sentido mais amplo, não se restringindo apenas às contas de luz. O problema é maior e mais grave do que se pensa. Deve-se fazer todo esforço para que a economia não saia dos trilhos. Eis o grande desafio a vencer.